

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

Autocracia burguesa e violência institucional: Brasil e Argentina na ultima década do século XX.

Vieira, Vera Lucia (Universidade Católica, São Paulo, Brasil).

Cita:

Vieira, Vera Lucia (Universidade Católica, São Paulo, Brasil). (2007). *Autocracia burguesa e violência institucional: Brasil e Argentina na ultima década do século XX. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/1035>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eU8X/PX7>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

XI° JORNADAS INTERESCUELAS/ DEPARTAMENTOS DE HISTORIA
Tucumán, 19 al 21 de Septiembre de 2007

Título: Autocracia burguesa e violência institucional: Brasil e Argentina na ultima década do século XX.

Eje 9: Procesos Económicos y Sociales

Mesa Temática Abierta: **Mesa 115: “En el bicentenario de la emancipación: Dependencia, formaciones nacionales y relaciones internacionales contemporáneas de América Latina.”**

Universidad, Facultad y Dependencia:

Autor/res-as: (Apellido/s y nombres, Cargo Docente, Investigador-a, Alumno-a) Dirección, teléfono, fax y dirección de correo electrónico:

Título:

Autor: Vieira, Vera Lucia

Prof. Dra. História no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia

Universidade Católica, São Paulo, /BR, coordenadora do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL) e membro do Núcleo de Estudos Trabalho, Ideologia e Poder. (TIPO)

vevi@terra.com.br

Nilo Dias

Mestrando do Programa de pós-graduação em História da PUC. Prof. Orientador: Prof. Dr. Vera Lucia Vieira.

[nilo_dias@uol.com.br](mailto:nilodias@uol.com.br)

Este artigo tem por objetivo proceder a uma breve reflexão sobre a violência institucional no Brasil e na Argentina, que se manifesta na organização de aparatos repressivos do Estado na década de 50, ou seja, em períodos não ditatoriais e nos quais, em princípio vigora o Estado de direito e as normas democráticas do liberalismo.

Considera-se que a lógica que norteia a configuração destes aparatos repressivos não pode ser analisada apenas do ponto de vista do momento em que se instauram, com as justificativas apontadas pelas instâncias de governo. A hipótese que se levanta é a de que a gradativa organização destes organismos dizem respeito à real natureza do Estado nestas sociedades latino-americanas, em que pesem suas especificidades capitalista. Tais aparatos configuram a natureza violenta do poder político institucionalizado e as presentes reflexões buscam analisar a lógica das relações entre este poder e a sociedade. Configura-se, conforme se demonstra, uma autocracia cuja dinâmica conversadora é impeditiva da

realização da revolução burguesa necessária à instauração da própria legalidade liberal, praticando-se tais preceitos apenas nos limites das necessidades de uma classe social.

Não há dúvidas de que esta abordagem se aplica de formas muito distintas no Brasil e na Argentina. As condições de vida experimentadas pela população Argentina no último século pouco se compara com a situação social decorrente do atraso do capitalismo, concentração de renda vigente no Brasil e sobre isto inúmeros estudos já se manifestaram. As evidências das possibilidades de acesso da população aos bens produzidos socialmente se manifestam por inúmeros indicadores, particularmente no vigoroso crescimento da uma classe média nos principais centros urbanos do país com uma correspondente poupança financeira responsável pela quase totalidade do saneamento financeiro do país. No Brasil, contrariamente, os péssimos indicadores sócio-econômicos e a qualidade de vida da grande maioria da população, assim como a depauperação da classe média e a fragilidade do sistema financeiro são reconhecidos internacionalmente, dado que tais indicadores são os que, já na década de 50¹, garantem ou não o círculo virtuoso dos investimentos necessários do desenvolvimento do próprio capitalismo. Porque então a identidade na institucionalização de aparatos repressivos por governos legalmente eleitos e nos quais os militares não estavam no comando do poder? As respostas a esta questão não caberiam em um artigo e por isto nos concentramos neste momento em situar estas evidências que possibilitam tais reflexões, pois tais razões podem ser encontradas inclusive na conjuntura internacional e na ingerência norte-americana na América Latina e a paranóia contra o comunismo que se mantém após o período da guerra fria em decorrência principalmente do pânico de uma “cubanização” deste continente a partir da revolução cubana. Assim trazemos para o debate as evidências desta violência institucional em períodos não ditatoriais nestes dois países, assim como as indicações da Doutrina de Segurança Nacional que norteia a configuração que estes aparatos adquirem nos governos e que expressam uma dada natureza do Estado nestes dois países. Conforme Maurício Chama,

“Si bien la cuestión sobre el comunismo no era un dato nuevo en la política argentina contemporánea, fue desde comienzo de los '60 que la cuestión se convirtió en “objeto de prédica alarmada e insistente”,⁹ por parte de unas FF.AA. temerosas de que el ejemplo cubano se propague por todo el continente. El tema sobre el “peligro comunista”, que había ocupado un lugar destacado en la legitimación del golpe militar, encontraba un nuevo

¹ Embora, conforme analistas argentinos, os problemas de depauperação das condições de vida naquele país já se colocavam no início da década de 50, ou seja, no fim do período peronista. ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. *Desenvolvimento Político na América Latina - Algumas Observações Preliminares*, Abril de 1998 in: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=4>

fundamento en la doctrina de la Seguridad Nacional, marco interpretativo que le asignaba un lugar central a las FF.AA no sólo en la defensa del territorio sino, también, de aquellos valores e instituciones que éstas consideraban como constitutivas del “ser nacional”. La implementación de esta doctrina se puso inmediatamente en marcha con la creación del Consejo Nacional de Seguridad² y la posterior sanción de la ley 170413 (también conocida como “ley anticomunista”), dando lugar a innumerables detenciones sobre dirigentes y activistas políticos, gremiales y estudiantiles; a múltiples hechos de censura, así como también a la intervención de la Universidad y el asedio sobre diversos centros modernizantes de la cultura como el Instituto Di Tella”⁴

Também no Brasil a paranóia comunista se manifestava, particularmente no interior do aparato repressivo representado pelo DOPS instituído no governo de Getúlio Vargas na década de 30, mas que continuava com uma prática totalmente voltada à vigilância e à perseguição a qualquer cidadão, inclusive militares e integrantes do próprio governo, durante toda a década de 1950 e 1960. Qualquer tentativa de engajamento político partidário, movimentos reivindicatórios de massa que tivessem alguma posição considerada contrária ao estabelecido pelas autoridades governamentais, colocava o cidadão ou agremiação sob suspeita total. A partir daí, sua vida era monitorada com relatórios periódicos dos agentes aos chefes do Serviço, ou às autoridades que requisitavam a vigilância sobre algum cidadão em particular. Dependendo da importância do vigiado, era criado um verdadeiro dossiê, onde constava além de informações pessoais de praxe, a sua agenda social relatando com quem conversava, onde se encontrava, qual o assunto que se abordava, enfim uma “verdadeira devassa” da vida do cidadão. A justificativa desta vigilância efetuada tanto pelas forças policiais quanto pela polícia no período desenvolvimentista de JK era a defesa da Constituição, contra o perigo de uma revolução social “incrustada” nos preceitos comunistas. O poder discursivo do Estado que é uma representação da sua leitura do real, ganha força através dos meios de comunicação: a imprensa nesse momento fomenta o caráter de denúncia da infiltração comunista no país, com o tom alarmante da alta patente do exército, anunciando a necessidade do expurgo não só das forças Armadas, mas também das administrações públicas e dos demais setores

² O *Consejo Nacional de Seguridad* (CONASE) foi criado em junho de 1966 através da lei de Defesa Nacional.

³ “La ley reprimía con penas de uno a ocho años de prisión a quién, “con indudable motivación ideológica comunista, realizará, por cualquier medio, actividades proselitistas, subversivas, intimidatorias o gravemente perturbadoras del orden público”. CHAMA, Mauricio, *Movilización y politización: los abogados de Buenos Aires, 1968-1973*, pg. 3, in: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Chama.pdf>, 2003, pg. 5.

⁴ CHAMA, Mauricio, *Movilización y politización: los abogados de Buenos Aires, 1968-1973*. <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Chama.pdf>

da sociedade civil.⁵ Por exemplo, em documento de 1951 que consta nos arquivos do DOPs o General Góes Monteiro, um dos proeminentes políticos brasileiros até a década de 60 demonstra esta paranóia contra os comunistas e a vigilância institucionalizada pelas forças armadas em pleno regime que se dizia democrático:

“O general Góis Monteiro reedita a sua predestinação histórica de denunciar o perigo comunista em nosso país, e advoga a necessidade de um vasto expurgo de seus adeptos infiltrados na administração, nas Forças Armadas e nos demais setores de atividade oficial da nação”. Afirmo ele: “Nos países que estão conscientes dos perigos da tática e da técnica infernais dos comunistas, as medidas de defesa das instituições e da ordem são constantemente aplicadas de maneira a expurgar esses elementos perniciosos que conspiram contra a própria pátria” – disse a imprensa o chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas e assim justificou as suas advertências: -“ Em todos os países de desenvolvimento retardado ou não, os partidos comunistas são a vanguarda real da ocupação soviética. São a quinta-coluna atuando com maior desembaraço e extensão, para minar as instituições do Estado e a sociedade em geral. Por meio de seus agentes, ostensivos ou camuflados, através dos “inocentes úteis” ou dos não inocentes úteis, fazem o trabalho de subversão da ordem e desintegração nacional, doirando a sua propaganda com os pretextos aparentemente mais legítimos e atraentes, como sejam a paz, a liberdade, o exercício do direito de conquistas e democráticas, a defesa dos interesses fundamentais do povo, etc., ma na verdade o propósito é um só: provocar a confusão, a desordem, à subversão. A ação é multiforme e a infiltração generalizada, através de mil tentáculos. É a figura de Proteu gigantesco e anfíbio”.⁶

O tema da violência institucional tem sido analisado mais particularmente nos períodos de ditaduras ou regimes de exceção e denunciam os aparatos repressivos, as ideologias de segurança nacional que norteiam as decisões dos militares no poder, a relação dos militares com segmentos de classe que as apóiam, as lutas das organizações que se insurgem contra este estado de coisas, enfim, associam a violência do Estado a estes períodos. O crescimento de formas específicas de violência no mundo contemporâneo tem levado vários autores esta temática com enfoque na violência social, isto é, a que se manifesta na conduta de indivíduos em suas relações societárias, tanto na vida privada quanto na pública. Apenas mais recentemente, surgem estudos que abordam a questão da violência institucional em períodos não ditatoriais, mas mesmo assim com a preocupação

⁵ Por exemplo, ver documento do acervo do Serviço Secreto do DOPS que notifica o artigo do jornal carioca “Correio” de 22/05/1951, com a seguinte manchete: “*Vasto Expurgo Dos Comunistas Infiltrados Na Administração*”, *Advoga O General Góis Monteiro*.

⁶ Relatório Reservado” Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 142

de discutir sobre a violação dos direitos humanos e a necessidade de garantir o Estado de Direitos⁷.

Uma violência institucional que expressa um Estado cuja governabilidade burguesa: “reduzida em sua possibilidade de atuar com autonomia e de cumprir sua função de classe no regime liberal no atendimento às demandas sociais (imprescindíveis ao próprio desenvolvimento do capitalismo, sob pena de rompimento da sua própria lógica), reduz sua ação à dimensão do político, enquanto a ordem econômica gerencia a subordinação”⁸ e a militar e policial cumpre as determinações de uma Doutrina que elege as demandas sociais expressas pela população como o inimigo interno da nação.

“Em nossa historicidade as leis continuam a ser estabelecidas pelo alto, mediante os acordos definidos em consensos pós-ditaduras ou autoritarismos que têm como preceito básico, não o atendimento às demandas sociais, mas pelo contrário, a rearticulação do bloco do poder de forma a apaziguar as demandas sociais latentes fortalecidas por recentes

7 No entanto, ainda são poucos os estudos que resgatam tais evidências em uma perspectiva histórica, buscando entendê-las como expressão de uma particular formação social, na qual a democracia enquanto valor universal se inviabiliza e, mesmo a democracia civil, apregoada pelos iluministas, se compõe de forma restringida. Observa-se ainda que a maior parte dos autores aqui citados são sociólogos⁷, antropólogos⁷, assistentes sociais, da área de política e que, poucos são os historiadores que vêm se dedicando a analisar esta questão atual na perspectiva acima citada. Pois, debruçar-se sobre questões atuais como campo de estudos historiográficos têm levado alguns historiadores a desenvolverem reflexões sobre a pertinência e validade desta perspectiva do ponto de vista teórico, considerando tratar-se de processos em curso cuja “análise corre o risco de ser rapidamente superada pelos eventos que se sucedam”, embora esta questão mereça reflexões à parte. Neste sentido ver: COSTA, A. T. M. *Entre a lei e a ordem*. Editora Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 2004. Um extenso balanço historiográfico que situa as tendências, abordagens, estudos de “estado da arte” relativos à sociologia da conflitualidade encontramos nos textos de José Vicente Tavares dos Santos em estudo sobre as conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo in: *Revista Sociologias - Dossiê "Conflitualidades"*. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999. Também PEDROSO, R. C. “Os Signos da Opressão. História e Violência nas Prisões Brasileiras”. São Paulo. *Arquivo do Estado/IMESP*. 2003; CALIL, G. (CD: *Anais do Simpósio Nacional de História* (23:2005). Londrina. PR. ANPHU. Editorial Mídia. 2005); CHAUVEAU, A. & TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru. EDUSC. 1999; BACILA, C. R. “O problema histórico da polícia na América latina” in CHOUKR, F. H. *Problemas fundamentais na administração policial brasileira no stie* <http://www.iuscrim.mpg.de/forsch/straf/projekte/Brasilien.pdf>; AGUIRRE, C. and BUFFINGTON, R. (eds). *Reconstructing Criminality in Latin América*. Scholarly Resources. 2000. CHEVIGNY in PINHEIRO, P. S. (org.), *O Estado de Direito e os Destituídos na América Latina*, CDRoom, Núcleo de Estudos sobre a Violência, USP/SP, 2004; PEGORARO Juan S.. “La violencia, el orden social y el control social penal” (Instituto Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales – UBA) in *Revista Brasileira de Ciências Criminais No. 45. Outubro-dezembro de 2003*. PEGORARO, Juan. “Inseguridad y violencia en el marco del control social” in: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (ed.). *Violências em tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999; SALAMA, Pierre, “La violencia lationamericana vista por los economistas” in *Revista Ciclos, en la historia, la economia y la sociedad*. n° 24. año 2002. Facultad de Ciencias Económicas. Univ. Buenos Ayres. 2002. Bibliografia analisada no projeto de pesquisa intitulado *Autocracia burguesa e violência institucional em desenvolvimento pela autora deste artigo* e pela Dr. Ângela Maria Mendes de Almeida.

8 VIEIRA, Vera Lucia, “Criminalização das lutas sociais em estados autocráticos burgueses”. Texto apresentado nas Xº Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Ar/Rosario, 20 al 23 de septiembre de 2005 e publicado na Revista *Projeto História – Américas*; n° 31; dezembro/2005. EDUC/PUC/SP. 2005.

mobilizações contra as ditaduras (apesar dos desfalques em suas lideranças cometidos pelas repressões)”.

A partir de documentos disponibilizados pelo *Nacional Security Archive*, e de documentos levantados nos Arquivos do DOPS localizados no Arquivo do Estado de São Paulo⁹, assim como os preceitos contidos nas leis e decretos que institucionalizam estes aparatos foi possível observar as identidades entre as ideologias da segurança nacional que justificam a violência institucional, assim como do correspondente período em que emergem com a configuração que terão nos períodos ditatoriais subsequentes.

Consideramos que a análise imanente¹⁰ dos discursos, fundamentalmente extraídos desta documentação e cotejados com a bibliografia, permitirá que o próprio discurso mostre seus significados e suas contradições internas, evitando, assim, a atribuição arbitrária de sentido às evidências que emergem da documentação.

E será este aparato que facilitará a melhor integração que os países do cone sul conseguiram até os dias de hoje, dado que os interesses eram comuns, ou seja, a Operação Condor¹¹ que articulou os poderes ditatoriais entre o Brasil, Uruguai, Argentina e Chile sob os auspícios norte-americanos, na perseguição do inimigo comum, isto é, pessoas que se opunham àqueles regimes ou que se tornavam suspeitas conforme os critérios definidos pela Ideologia da Segurança Nacional capitaneada pelo governo norte-americano, cujo secretário de Estado era, na ocasião, Henry Kissinger.

A Operação Condor uniu organismos de repressão do Brasil, do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e, posteriormente, da Bolívia, todos submetidos a regimes militares e surgiu em Montevideu, em 1975, durante a Conferência dos Exércitos Americanos. A integração supunha vigilância sobre pessoas consideradas perigosas em qualquer um destes países independente da nacionalidade, a troca de informações e

⁹ Documentação que integra a pesquisa de mestrado de Nilo Batista. O acervo documental encontra-se no Arquivo do Estado de São Paulo - Família documental: 50-Z-9 229. Pastas – Documentação do II Exército e do DOI-CODI. São 780 correspondências recíprocas entre o Serviço Secreto do DOPS com o Ministério da Guerra e os comandos militares das várias zonas espalhadas pelo território nacional no período de 1941 a 1961.

¹⁰ CHASIN, J., “A Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”, in *Temas de Ciências Humanas* nº 2, São Paulo, Ciências Humanas, 1977, p. 150.

¹¹ Segundo o citado semanário francês *Le Point* em carta de um embaixador francês na Argentina à sua Chancelaria, este afirma que “los militares franceses han sido determinantes en la concepción y la preparación de este curso, en el que un lugar importante está reservado a la lucha antimarxista según la experiencia adquirida por el Ejército francés”. Según la revista, éste “es el preludio de un trabajo de varios años que culminará con la Operación Cóndor”. Jornal: El Clarín, “Confirman que Francia exportó la tortura a la Argentina”, 15.06.2001, Argentina.

treinamento militares como ocorreu com os policiais chilenos que constituíam a sua polícia política (Dina¹²) que foram treinados pelo Brasil em Manaus.

A respeito desta integração, o arquivo norte americano reuniu uma série de documentos sobre a atuação de Kissinger na América Latina neste período. Dentre estes constam memorandos de conversação do então Secretário de estado Norte-americano Henry Kissinger com Argentine Admiral Guzzetti Ministro de Asuntos Exteriores da Argentina Cesar Augusto Guzzetti na reunião da OEA realizada em Santiago do Chile, no Hotel Carrera em Santiago do Chile em junho de 1976, nos quais este comenta que

"The terrorist problem is general to the entire Southern Cone. To combat it, we are encouraging joint efforts to integrate with our neighbors... All of them: Chile, Paraguay, Bolivia, Uruguay, Brazil." This collaboration was codenamed Operation Condor¹³.

Em outro conjunto de documentos uma interpelação de Kissinger efetuada em 1975, através de seu porta voz, Maxwell Chaplin Suchefe da Missão da Embaixada dos EEUU na Argentina, ao Sr. Pereya [sic], informa que:

la más alta autoridad civil en el ministerio argentino de asuntos exteriores” sobre os “boatos” de perseguições a refugiados de outros países vizinhos Maxwell informa a Kissinger: “ (...) “Cuando llego al tema de la UNHCR, [censurado] casi no pudo controlar su indignación. Dijo que Argentina ha dado refugio a más de 500.000 extranjeros desde 1973 la mayoría chilenos. El país había hecho un esfuerzo enorme para darle salida a este problema, y que no se reconocía este esfuerzo...”.¹⁴

De fato, desde o período peronista em que assume o governo sua esposa Maria Estela Martinez em 1974, milhares de opositores políticos e pessoas perseguidas pelos militares latino-americanos se refugiam na Argentina. O exílio de brasileiros para a Argentina se inicia a partir da instauração do Ato Institucional nº 05 que entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968. Era o mais abrangente e autoritário de todos os outros atos

¹² *Dirección de Inteligencia Nacional* foi a polícia secreta de Augusto Pinochet no período de sua ditadura (1973 a 1990)

¹³ Documentos organizados sob o título: *Memorandum of Conversation*, National Security Archive Electronic Briefing Book No. 133, Edited by Carlos Osorio and Kathleen Costar, Posted August 27, 2004.
¹⁴ . Documento 760616dos, de 16 de junio de 1976, Título: Secuestro de refugiados en Argentina. Tipo: Telegrama confidencial, Departamento de Estado, De: Maxwell Chaplin, Subjefe de Misión, Embajada de EEUU en Argentina para o Secretario de Estado. National Security Archive - EEUU. "El número exacto de desaparecidos no ha sido establecido: los organismos de derechos humanos estiman la cantidad en unos 30.000; la CONADEP documentó 8.961 casos; y, hasta 2007, la Subsecretaría de Derechos Humanos tenía registradas aproximadamente 15.000 víctimas. Cientos de ciudadanos extranjeros figuran también entre las víctimas de la dictadura militar, entre ellos de nacionalidad alemana, española, italiana, griega, sueca, francesa, entre otras”, mortos no período de 1976 a 1983, dentro dos 610 centros clandestinos de detenção, dentre os quais os mais tristemente famosos foram a Escuela de Mecánica de la Armada e a Garage Olimpo na provincia de BA, o Campito (também conhecido como Los Tordos), o El Vesubio e La Perla, na Provincia de Córdoba.

institucionais implantados pela ditadura militar que se iniciara em 1964 e na prática revogou os dispositivos constitucionais de 67. Além de reforçar os poderes discricionários do regime militar, determinava a suspensão dos direitos do cidadão em todas as instâncias judiciais, provocando o exílio de inúmeras pessoas para os países vizinhos, embora não haja estudos que indiquem quem ou quantas pessoas se dirigiram para a Argentina.

No entanto, conforme informam os especialistas argentinos, desde 1973 já se articulava a Tríplice A em conexão com o então ministro do Bem Estar Social López Rega. Esta organização tinha a finalidade de planificar detalhadamente os atentados ou seqüestros ou assassinatos a realizar, com um estudo prévio. A mayoría foram importantes figuras políticas. E em 1975, María Estela Martínez emitiu o Decreto 2772 que dispunha: “Ejecutar las operaciones militares y de seguridad que sean necesarias a efectos de aniquilar el accionar de los elementos subversivos en todo el territorio del país”.

Marcelo Larraquy, calcula que a Triple "A", nos vinte meses que antecederam o golpe do general Videla, assassinou mais de 2 mil pessoas, sendo que 600 estão até hoje desaparecidas¹⁵.

Em 1976, desde o início das atrocidades cometidas pelos militares, Maxwell Chaplin, Subchefe da Missão dos EEUU na Argentina e Henry Kissinger tinham em mãos dados sobre os desaparecimentos e este último reconhece que

"Los refugiados en la Argentina están en una situación muy grave. Muchos de los que están en el grupo que queremos ayudar han sido víctimas de secuestros, torturas y asesinato. El gobierno argentino, junto con sus fuerzas de seguridad no han sido capaces de lidiar con esta situación de violencia y caos en el país...". No en tanto, neste mesmo documento ele solicita que o governo argentino permita a entrada de outros refugiados à Argentina¹⁶. No entanto, neste mesmo mês de junho Kissinger afirma em seu encontro com Argentine Admiral Guzzetti: "*We have followed events in Argentina closely. We wish the new government well. We wish it will succeed. We will do what we can to help it succeed.*" (...) "*If there are things that have to be done, you should do them quickly. But you should get back quickly to normal procedures.*"¹⁷

15 LARRAQUY, Marcelo, *López Rega, una biografía*, BA. Editorial Sudamericana, 2004. Em 1976 o cada vez mais poderoso ministro José Lopez Rega aciona as instituições repressivas a partir de Tucuman com mais de 10.000 policiais, cujas atrocidades serão justificadas como reação aos Montoneros uruguaios e também de filiação peronista e o Exército ERP de base marxista.

16 Documento 760721. Data: 21 de julio de 1976. Título: [Refugiados en Argentina]. Tipo: Carta [clasificación desconocida], Departamento de Estado. De: Henry Kissinger, Secretario de Estado de EEUU. Para: Edward H. Levi, Jefe del Departamento de Justicia de los Estados Unidos. Nacional Security Archive- EEUU.

17 Documentos: *Memorandum of Conversation*, National Security Archive Electronic Briefing Book No. 133, Edited by Carlos Osorio and Kathleen Costar, Posted August 27, 2004.

Para os países latino-americanos e particularmente os do Cone Sul, o imperialismo norte-americano no período da guerra fria legou a Doutrina da Segurança Nacional que serviu de base para as atrocidades praticadas pelos governos militares que assumem os governos. Esta doutrina, que elegeu como inimigo interno os próprios cidadãos de cada país, dado que estes poderiam ser uma possível ameaça à segurança nacional e a partir da década de 60, sua base de divulgação pelos Estados Unidos se deu através da Escola das Américas, no Panamá.

Uma doutrina cujas configurações são comuns em decorrência da particularidade do desenvolvimento capitalista, conforme analisa Chasin. Segundo ele, “América Latina, África e parte da Ásia – na generalidade e sob muitas singularizações, das quais não pode ser abstraída uma infinidade de distinções qualitativas e quantitativas no traçado concreto de cada caso – constituem o espaço induzido da efetivação capitalista: a objetivação pela via colonial do capitalismo, que particulariza formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconsistentes e desastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas específicos, na universalidade dos impasses mundiais. Sob os influxos e refluxos do capital metropolitano, produzem e reproduzem a miséria de sua in contemporaneidade, armada sobre a incompletude de seu capital incompletável e, por isso, sobre a natureza invertebrada de suas categorias sociais dominantes e, por decorrência, sobre a incapacidade de suas categorias sociais subalternas” (CHASIN, 2000, p. 212).

À uma visão ampla de que o inimigo interno poderia estar não apenas nas pessoas cujas ações estivessem diretamente dirigidas contra o governo, a doutrina de Segurança Nacional elegeu como seus oponentes todas as pessoas que expressassem qualquer opinião que os militares considerassem contrária às da sociedade nacional que o próprio governo possuía. A propaganda que denomina estas pessoas como subversivas, traidores da pátria passa a justificar o preceito e a prática de que elas poderiam ser tratadas como animais e deveriam ser sumariamente eliminadas.

Empregando esta doutrina os Estados Unidos conseguem unificar e assessorar as distintas ditaduras genocidas latino-americanas instaladas pela CIA, como a de Augusto Pinochet (no Chile), Alfredo Stroessner no (Paraguai), Jorge Rafael Videla, Roberto Viola e Leopoldo Galtieri (na Argentina, 1976-1983), o general Banzer (na Bolívia, 1971-1978), a dinastia dos Somozas (na Nicaraguá), El Salvador durante seus mais sangrentos anos de guerra civil e o Brasil no período da ditadura que vigorou no período de 1964 a 1984.

No entanto esta doutrina assim como o aparato institucional que expressa sua prática já se faz presente nestes países desde a década de 50.

Conforme os autores, esta doutrina traduz a influência de duas vertentes, uma francesa e outra norte-americana¹⁸. A primeira, conforme detectada pelos autores argentinos, é de origem francesa e advém da experiência do General D'Allegret com as derrotas da França nas guerras de independência da Indochina e da Argélia e se encontra presente no Plano Conintes¹⁹ (CONMOCIÓN INTERNA DEL ESTADO), sancionada no governo de Maria Estela Perón, mas que entra em funcionamento em 1.954 no governo de Arturo Frondizi. Consistia em colocar as Forças Armadas Argentinas (FF. AA) e de segurança à disposição da repressão interna. A segunda, mais conhecida, tem origem norte-americana e foi formulada no bojo da guerra fria e da Revolução Cubana de 1957.

Pode-se dizer que no Brasil, desde a década de 30, antes mesmo do governo ditatorial de Vargas, as Forças Armadas foram colocando como prioridade a discussão, elaboração e implantação de uma ideologia de segurança nacional. Após a Intentona de 1935 essa preocupação efetivou-se na movimentação dos militares na aprovação da lei de Segurança Nacional que vinha norteando todo o pensamento militar e civil durante todo o período republicano brasileiro, sendo o auge de sua divulgação e reformulação, a década de 1950. Nesta década a reformulação e a divulgação dos preceitos da ideologia de Segurança Nacional couberam à Escola Superior de Guerra. A elite da ESG (“sorbonistas”) em sua pretensão de assumir tanto o poder político como o econômico da nação, foi adquirindo espaço no alto escalão do exército e da sociedade civil articulada com agremiações e

¹⁸ Na década de 20 instrutores da Escola Militar Francesa foram convidados a ministrar cursos no exército brasileiro, ficou denominada como: Missão Francesa. Essa missão deixou como principal herança a valorização do Estado-Maior, criando os cursos especiais para a preparação de “Oficiais do Estado-Maior”. O Exército passou a ter uma cúpula hierárquica melhor preparada, que efetivamente planejava e controlava a atividade militar. É dessa época também, 1920, o Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviço, demonstrações evidentes de maior controle interno, buscando melhor operacionalidade. Em relação a influência norte americana, após o término da segunda guerra mundial, os preceitos de um estado forte que afastasse o perigo comunista das instituições democráticas prevaleceu como conceito principal na Lei de Segurança Nacional somada a promessa norte americana da supremacia brasileira na América do Sul.

¹⁹ O Jornal argentino *El Clarín* reproduz em 15.06.2001 notícia do periódico francês *Le Point* que comprova a “cooperación de Francia con los militares de Argentina no início de 1957”. Conforme este noticiário, “el coronel argentino Carlos Rosas fue nombrado en Buenos Aires subdirector de la Escuela de Guerra y creó un ciclo de estudios sobre “la guerra revolucionaria comunista” (..) En 1958, el entonces ministro francés de Defensa, Pierre Guillaumat, autoriza que sesenta cadetes argentinos hagan un viaje de estudios a Argelia, en plena guerra de independencia (1954-1962). La relación franco-argentina continúa y, en febrero de 1960, se instala una misión militar francesa permanente en Buenos Aires, con el objetivo de “aumentar la eficacia técnica del Ejército argentino”. (...) “En 1961 se crea un curso interamericano de lucha antimarxista, dirigido por un coronel argentino, ex alumno de la Escuela de Guerra de París. (...) Añade que, a partir de las teorías francesas, los militares argentinos elaboran el plan Conintes (Conmoción Interna del Estado), destinado a prevenir todo movimiento civil de lucha contra el Estado. Jornal: *El Clarín*, “Confirman que Francia exportó la tortura a la Argentina”, 15.06.2001, Argentina.

partidos políticos que endossavam sua visão de desenvolvimento e segurança, ou seja, os representantes de uma burguesia que, conforme Chasin, em decorrência de formas específicas de capitalismo hiper tardio e dependente, está condenada a se desenvolver de forma débil e, por isto, temerosa das demandas sociais²⁰.

Neste contexto, os militares, ao elaborarem uma doutrina que respondia aos anseios desta burguesia débil e ao serem chamados a conduzir a repressão para que as medidas necessárias á implementação “pelo alto” de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, passam a ter a veleidade de terem como função social não apenas a formação de uma elite responsável pela condução da política nacional.

Para propagar a doutrina que estava sendo elaborada pela ESG, criou-se em 1951, a Associação dos Diplomados da ESG (ADESG). Tal função está inclusive bem definida no Artigo 1º do Estatuto da Adesg onde se lê:

“Difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento Nacionais, observados os métodos de trabalho e os estudos da Escola Superior de Guerra.”²¹

A partir de sua criação esta escola se dedicou a divulgar os preceitos defendidos por esta ala do exército, embora se quisesse imputar a ela apenas um papel de reserva dos recursos humanos nacionais, exercendo a função de servir de intermediária entre o povo e o Estado, conforme dizem muitos estudos, inclusive os elaborados por ela própria, *ou seja, “um papel de moderador nos momentos difíceis da vida nacional”, como diz Eduardo Oliveira*²². Na verdade, afirma Miyamoto, a ADESG

”foi conscientemente preparada e dotada com uma doutrina de segurança nacional, para exercer efetivamente a posse do aparelho de Estado, conseguindo o seu objetivo em 1964, quando atinge o seu período máximo de influência”.²³

Alguns autores consideram que o Plan Comindes foi aplicado a partir de março de '60. “El mismo otorgaba a las fuerzas de seguridad unas amplias atribuciones en la lucha

²⁰ CHASIN, José., “A Esquerda e a Nova República”, in *Ensaio* n° 14, SP, Ensaio, 1985. Ver também do mesmo autor “A Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”, in *Temas de Ciências Humanas* n° 2, São Paulo, Ciências Humanas, 1977.

²¹ **ADESG, art. 1º)**

²² **OLIVEIRA, 1976:15**

²³ **MIYAMOTO, 1995:109**

contra las fuerzas que crearan “disturbios internos”. El resultado de esta política represiva fue la encarcelación de alrededor de 3.500 militantes peronistas y de izquierda”²⁴.

De qualquer forma, o que se caracteriza, à semelhança do Brasil, é a repressão em um período em que, a pesar das conturbações, se qualificava como democrático. Conforme um dos editores da organização *Poder Autónomo* “Hemos visto que las grandes mayorías veían a la dictadura como la continuidad de otros regímenes represivos y autoritarios como la autodenominada “Revolución Libertadora” (golpe de 1955) y el “Plan Conintes” fueron, en realidad dos programas sucesivos de represión antiperonista desencadenados por el presidente Arturo Frondizi, 1959-62)²⁵

A respeito das ações repressivas promovidas no período “democrático” Rearte afirma: “La persecución al campo popular, y en forma particular a los peronistas, había comenzado con el bombardeo de la Plaza de Mayo en el ’55 y no se detendría”, e se inicia no governo de Frondizi em 1958, embora este houvesse chegado à presidência a partir de um pacto com Perón sob a promessa de restabelecer as conquistas populares no campo econômico e social e levantar a perseguição política e sindical²⁶.

Afirma Carlos Lafforgue, secretário executivo do Archivo Nacional da Memoria da Secretaria de Direitos Humanos da Nação:

“La línea histórica de los resarcimientos post-’55 empieza en marzo de 1956 con la aplicación del famoso 4161: el decreto de la Libertadora que no sólo mantenía la proscripción política del peronismo, sino que prohibía la pronunciación de cualquiera de sus advocaciones sagradas. Era una ridiculez, pero ese decreto ridículo se llevó toda la gente adentro, en total alrededor de unas 300 personas. Lo mismo ocurrió más tarde con la aplicación de la ley anticomunista, *Causas Conexas* o el *Conintes*, creado durante el segundo gobierno de Perón, pero aplicado a partir de la huelga del Frigorífico Lisandro de la Torre en enero de 1960 (...) Los militantes fueron juzgados por Consejos de Guerra y tribunales militares. En ese contexto, el Conintes se trató de la figura emblemática más organizada del período: politizó el Código Penal y las condenas empezaron a prolongarse por cinco, diez y hasta a veinte años de cárcel.”

Com os salários devorados pela inflação os trabalhadores petroleiros e de um frigorífico são ferozmente reprimidos por 5.200 trabalhadores. A partir daí

"Las cárceles de todo el país se pueblan de resistentes (...) Las familias descabezadas hacen tramas solidarias para el cuidado de los hijos, se ligan en la búsqueda de abogados y la asistencia en la salud. Los asaltos a la petrolera

24 CHAMA, Mauricio, *Movilización y politización: los abogados de Buenos Aires, 1968-1973*, , pg. 3, in: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Chama.pdf>. 2003.

25 CAMARERO, Pedro Cazes *Los nombres de los sueños*, 4 de março de 2006, in: <http://www.poderautonomo.com.ar/la%20viga/viejo/los%20nombres%20de%20los%20suenos.htm>

26 REARTE, Eva *El Plan Conintes*, in: <http://www.derechoshumanoscba.org.ar/spip.php?>

Shell marcan coherencia en la lucha y dan alimento, techo y abrigo a los diezmados por cesantías, exilios y encarcelamientos. Muchos de ellos crecen con las luchas populares y son víctimas del genocidio del '76/'82. Otros mueren en condiciones de misérrima pobreza²⁷.

O Plano Conintes estabeleceu a jurisdição militar sobre os acusados de ações comunistas e instituiu uma ação conjunta das forças armadas e da polícia para perseguir e prender militantes, inclusive sindicais. “Según el testimonio de Frondizi, los militares querían ir aún más lejos con la represión e incluso aplicar la pena de muerte, pero el Presidente no lo permitió”²⁸.

No Brasil a década de cinquenta começa com o fim do governo do general Eurico Gaspar Dutra, que após o golpe militar que derrubou o presidente Getúlio Vargas em 1945, assumiu a missão de restaurar a democracia brasileira e talvez por ordem do destino, ele mesmo que havia golpeado o Estado de Direito, no golpe militar que inaugurou o Estado Novo, volta agora na missão de passar a faixa presidencial ao seu sucessor, garantindo que a constituição e o estado de direito foram plenamente exercidos no seu governo e que são garantias da consolidação da democracia nacional. Ele mesmo avalia o seu governo num discurso pronunciado a seus camaradas militares no encerramento de manobras realizadas pela 1ª. RM em novembro de 1950:

“Tenho a felicidade, de que outros se não beneficiaram, de atingir a última etapa do mandato presidencial sem necessitar de invocar o estado de sítio... Há clima de liberdade para todos. Não há na República presos políticos.” Prosseguia lembrando que “a imprensa exerce seu direito de crítica”, sem deixar de acrescentar que alguns o levavam “a excessos injustificáveis”, mas acentuando que o governo tinha preferido não solicitar sanções judiciais. Ressaltava a prática da democracia pelos três poderes, “sob o império da lei”, e aduzia, em relação às eleições do mês anterior, que “não sofreu a mais leve dúvida o fato de que o governo prestigiou, deliberada e incondicionalmente, a Justiça Eleitoral na preparação e na realização do pleito”. Com seus votos para que tal não acontecesse, insinuava que a mesma linha poderia não ser observada no futuro, e finalizava com uma exortação para que “as instituições democráticas continuem a enraizar-se, cada vez mais, na terra brasileira”.²⁹

Apesar desse clima aparentemente calmo no discurso do presidente Dutra, o Brasil passava por um debate nacional acalorado sobre os rumos do desenvolvimento econômico e político brasileiro e a participação popular através das agremiações de classe,

²⁷ REARTE, Eva *El Plan Conintes*, in: <http://www.derechoshumanoscba.org.ar/spip.php?>

²⁸ LUNA, Félix, *Diálogos con Frondizi*, Buenos Aires, Editorial Desarrollo, 1963, p. 125.

²⁹ http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/1790_19.asp

reivindicavam o reconhecimento social através da sua participação política e reivindicatória na defesa de seus interesses de classe.

As Forças Armadas viam nessa abertura política e na garantia das liberdades civis, um risco para as instituições democráticas, num sintoma inquestionável com os receios da burguesia de que a democracia trouxesse novamente as demandas sociais por melhoria das condições de vida e por acesso aos bens produzidos socialmente. Evidencia-se assim a contradição entre os militares brasileiros sobre vigência de liberdades democráticas com a prática autoritária da vigilância e repressão aos movimentos populares. Mesmo numa conjuntura de Estado de Direito, nos bastidores das Delegacias de Ordem Social e Política, reinava ainda o Leviatã e seus tentáculos institucionais.

O paradoxo dos Estados que adotaram regimes democráticos na sua práxis política, viam-se agora diante de um dilema: a definição de métodos próprios para a prevenção e repressão de crimes contra a ordem política e social em regime liberal democrático, ou seja, coadunar liberdades civis e políticas com o necessário cerceamento às atividades cidadãs. Se desde o começo período republicano o que representava o apelo aos novos tempos era a conquista da “modernidade”, onde a sociedade civil e as instituições governamentais clamavam pelo industrialismo, o nacionalismo, a consolidação de Estados fortes, a economia de mercado e a expansão dos capitais, o fruto desse processo foi a enorme movimentação social juntamente com o crescimento acelerado das cidades que espelhavam as contradições do próprio sistema.

Essa movimentação social se dava no recrudescimento da mobilização operária³⁰ que naquele começo de década desfrutava da Constituição como garantia de movimentação de classe e isto era visto pela burguesia e pelos órgãos repressores como um campo minado para o crescimento da “ideologia bolchevista” que afligia as nações que se denominavam “democráticas”.

³⁰A organização sindical oficial foi criada pela ditadura Vargas (1937-1945) no espírito do corporativismo fascista italiano e dotada de uma articulação rigidamente vertical. A cada setor da produção (indústria, comércio etc.) corresponde, tanto para patrões como para empregados, uma estrutura hierarquizada de sindicatos (base), federações (nível intermediário) e confederações (cúpula). A organização oficial proíbe a formação de uma central operária, do mesmo modo que qualquer tipo de "frentes" ou "pactos" inter-sindicais. Desde suas origens esta organização foi mais um fato burocrático assistencial que propriamente uma estrutura sindical efetiva e só começou a ganhar alguma eficácia sobre as bases políticas do populismo dos anos 50.

Em janeiro de 1951, em novo discurso de confraternização com as forças armadas, o então presidente eleito, o General Dutra, voltou a enfatizar dois aspectos que marcaram seu governo, o anticomunismo calcado na "segurança interna" e o respeito à legalidade constitucional:

"Maior perigo representa a infiltração incanizada e solerte dos que atacam sub-repticiamente as raízes da nacionalidade. Vinda de fora, essa penetração antecede e prepara a ação militar - que demora por vezes, mas se socorre sempre desses vanguardeiros cuja missão é tirar, à presa assinalada, à vontade de resistir, lutar e vencer... Peço-vos, pois, que nos juntemos para saudar, nesta hora e sempre, a Constituição e as instituições republicanas e democráticas do Brasil, condição de união e tranqüilidade para o nosso povo e de força para a nação !"³¹

Esse discurso revelador aponta os limites da democracia pós Estado Novo getulista (1937-1945), durante o qual o cerceamento das liberdades democráticas faz parte da práxis política dos governos civis e expressa o aprofundamento das formulações da Doutrina de Segurança Nacional formulada tanto pela caserna quanto pelos teóricos liberais que se projetavam na política nacional, preparando-se assim o terreno para, em um futuro próximo, "cortar o mal pela raiz". Isto é, colocando o exército a serviço do enquadramento da nação àqueles preceitos, expandindo o pensamento e a ação autoritária no cotidiano nacional.

A pesar da evidente vinculação das medidas repressivas no Brasil e na Argentina com os preceitos norte-americanos formulados no bojo da guerra fria contra o "risco comunista", o que se destaca é como a eleição do inimigo interno conforme os preceitos desta Doutrina de Segurança Nacional expressam uma dada natureza do Estado, pois estes não serão extintos após os períodos ditatoriais, mas pelo contrário, continuarão vigentes nos períodos democráticos e assim sucessivamente. Tal questão se coloca como um aspecto essencial particularmente quando se pergunta a quem serviram estas medidas repressivas e os governos "democráticos" que as impulsionaram e que deram espaços à ingerência dos militares na vida civil.

Neste sentido observa-se que nos dois países, ocorre na década de 50 e início de 60 a incorporação dos preceitos conhecidos como neo-liberais, ou seja, a substituição do Estado protetor do liberalismo pelo Estado regulador do mercado e de maior abertura aos capitais internacionais, o que ocorre a partir da década de 50 nos dois países. Na Argentina

³¹ http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/1790_19.asp

o governo de Frondizi atende aos reclamos dos setores capitalistas interessados no aprofundamento do processo de substituição de importações e o desenvolvimento de novos ramos da indústria e para obterem maior força de pressão junto ao governo, em 1958, a SRA, a UIA e a câmara argentina de comércio se associar na *Acción Coordinadora de las Instituciones Empresarias Libres* (ACIEL). Esta propunha uma política baseada na necessidade de reduzir a presença do estado tanto no plano econômico como no âmbito social. Por outro lado, a *Confederación General Económica* (CGE) sustentava a necessidade de uma forte presença do estado como guia e ordenador da economia.

No Brasil o governo de Juscelino Kub... que passa para a posteridade como um dos mais democráticos da época, até mesmo para os serviços de repressão que o vigiam como suspeito por suas posturas, vivia num clima de euforia devido ao resultado do crescimento econômico apresentado a partir da segunda metade dos anos cinquenta com especial destaque o setor industrial. De 1957 a 1961, o Produto Real expandiu-se à taxa média anual de 8,3%, sendo que, enquanto o setor agrícola cresceu, neste mesmo período, 5,8% em média por ano, a indústria registrou um crescimento médio anual de 10,8%, chegando a atingir, em 1958, a impressionante taxa de 16,2% de crescimento real contra apenas 2,1% de crescimento agrícola.

Em meio a um debate entre os defensores de um projeto nacionalista inspirado em alguns dos princípios da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)³², que rejeitava a abertura da economia ao capital estrangeiro por considerá-lo sujeito a limitações e os defensores de um projeto liberal ou internacionalista, cujos formuladores acreditavam que países como o Brasil, de recente desenvolvimento industrial e que, por isso, contavam com escassas reservas de capital, não teriam condições de promover o desenvolvimento por conta própria, sendo necessário recorrer ao capital internacional, o governo JK pautou sua política na defesa de uma industrialização capitalista planejada e coordenada pelo Estado. Apesar da euforia provocada pelo imenso fluxo de capitais que a partir de 1950 começaram a rumar ao Brasil, o desenvolvimento industrial acelerado trazia um efeito colateral que foi crescendo e se infiltrando nos movimentos financeiros do país a inflação e a dívida pública. Conforme Silva, a forma de financiamento dos investimentos do setor público, durante os anos de euforia desenvolvimentista, explica, em grande medida, a deterioração da situação financeira do país já nos últimos anos do Governo Kubitschek. A

³² A Cepal, criada em 1948 sob os auspícios das Nações Unidas, tinha o propósito de analisar os problemas de desenvolvimento latino – americano e propor políticas públicas para enfrentá-los. Abriga, principalmente até a década de 60, inúmeros intelectuais do continente latino-americano que gestaram propostas de implementar reformas econômicas e sociais de caráter estrutural que acompanhassem as políticas de industrialização, como única forma de conseguir o desenvolvimento. (TERÁN, 2004;276)

debilidade da base tributária, de um lado, e a ausência de um mercado de capitais que permitisse, junto ao setor privado, a captação do montante de recursos financeiros exigidos pelo crescimento das inversões estatais, de outro, levaram o Governo a uma saída não muito ortodoxa para o financiamento dos crescentes déficits de caixa: as emissões de papel-moeda. 33

Associada à política repressiva com as políticas de desenvolvimento econômico e a renovação do parque produtivo em ambos os países, observa-se a configuração que Chasin denominou de desenvolvimento atrofico e hiper tardio cujo conservadorismo se expressará na fragilidade da burguesia e dos grupos dominantes para os quais a aliança com os setores populares para proceder a necessária revolução burguesa visando impulsionar o próprio capitalismo é inviável, daí na necessidade da intervenção militar no controle destes setores populares. Pois as medidas que renovam as forças produtivas conforme os ditames do capital internacional e não conforme as necessidades sociais vigentes no país, não são fáceis de serem digeridas pela população, particularmente a trabalhadora em decorrência da desregulação das leis trabalhistas e da perda de seu poder aquisitivo e da depauperação das classes médias em circunstâncias inflacionárias. Daí a natureza restringida da democracia que expressa o caráter autocrático da burguesia manifestas de forma permanente ao longo da história destes países³⁴.

Neste contexto os valores da democracia³⁵ cedem lugar à exaltação do autoritarismo e das ditaduras através de leis da década de 50, como a de numero 19.081 e suas disposições complementares que se estendem até 1973 com a de número 20.032 que caracteriza como subversivas e contrárias à ordem qualquer ação que critique regimes e coloca o Estado praticamente sob tutela das forças armadas na repressão das atividades assim conceituadas. Ou a lei 19.797, promulgada também na década de 50, segundo a qual toda divulgação ou propaganda efetuada por qualquer meio de comunicação de textos ou imagens provenientes ou atribuídas a associações ilícitas ou de pessoas ou grupos

³³ SILVA, 2000:82

³⁴ “Determinada, histórica e estruturalmente, a ficar muito aquém dos limites mais ricos e amplos das entificações burguesas clássicas e até mesmo prussianas, desconhece a autonomia econômica e lhe é completamente estranho o encargo de universalizante político - não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto. Vedados lhe são o ‘luxo’ e o simulacro dessa representação, mesmo na forma de pretensão clássica, dado que se encontra sempre, pela sua atrofia estrutural e pela época em que surge e se manifesta em seus desdobramentos, em conflito aberto com as categorias sociais que tem por baixo, enquanto mansamente se subordina ou concilia com aquelas que se emparelham na sua própria altura ou estão acima dela.” in: CHASIN, J., “Hasta Cuando?”, in *Ensaio* nº 10, São Paulo, Ed. Escrita, 1982, p. 11

³⁵ Conforme CHASIN, “a democracia real é a verdade da constituinte, e que a constituinte não é a verdade da democracia real”, citado por RAGO, A. Filho, “O ardid do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”, in: *Revista Projeto História*, Revista do Programa de Pós-graduação em História da PUC/SP, nº 29, T. : Cultura e Poder, pg. 154.

notoriamente dedicados a atividades consideradas subversivas o de terrorismo, era reprimido com prisão de seis (6) meses a três (3) anos e inúmeras outras que compõe o aparato legal da repressão, sua institucionalidade penal e seus agentes policiais e militares.

Tal aparato torna-se inerente ao Estado e condiciona suas ações de tal forma que nos faz lembrar a acertiva de Marx quando conclui “El gobierno del Estado moderno no es más que una junta que administra los negocios comunes de la clase burguesa”.³⁶

BIBLIOGRAFIA

O'DONNELL, Guillermo, *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MORAES, João Quartim de. “El ‘Status’ Teorico de la Noción de Dependencia” in: *Dependencia y Estructura de Clase en America Latina*, Buenos Aires/Argentina, Ediciones Megalópolis, Asociacion Editorial La Aurora, 1972.

RAGO, Antonio Filho, “O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”. In: *Revista Projeto História, O Golpe de 64: 40 anos depois*, PUC/SP, Ed. EDUC, nº 29, dezembro 2004.

VICÁRIO, Guido, *Militares e política na América latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SIQUEIRA, José Francisco Neto, *Liberdade sindical e representação dos trabalhadores nos locais de trabalho nos países do MERCOSUL e Chile - limites e possibilidades da democracia*. Texto publicado pela Fundação Friedrich Ebert / ILDES como PROSUR 1999, in: http://www.fes.org.br/media/File/mundo_do_trabalho/liberdade_sindical_e_representacao_dos_trabalhadores_nos_locais_de_trabalho_nos_paises_do_mercosul_e_chile_2000.pdf

SEBASTIANI, Marcela G. “Radicales vs. peronistas en las elecciones presidenciales de 1951: Balbín. Lebonsohn y el Comité de la UCR de la provincia de Buenos Aires” in: *Revista Ciclos – en la historia, la economía y la sociedad – nº 18, año 1999*, Facultad de Ciencias Economicas, BA/AR, 1999.

RAPOPORT, Mario y col. *Historia economica, política y social de la Argentina, 1880-2000*, Ed. Macchi, BA/AR, 2000.

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

O'DONNELL, G. “Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais – Uma Visão Latino-americana com uma Rápida Olhada em alguns Países Pós-Comunistas” in *Novos Estudos CEBRAP*. n. 36. Julho de 1993.

O'DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990.

SILVA, Ricardo. Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização. *Revista de Sociologia e Política nº 14: 77-101 jun. 2000*. U.F.S.C

³⁶ MARX, Karl. *Manifesto del Partido Comunista*. Ed. Pluma. Buenos Ayres, 1974, pg. 65